

Chimbanque centro da luta Kaingang em 1984

No dia 20 de Novembro um grupo de índios Kaingang caminham de madrugada pelas estradas do Toldo Chimbanque. Caminham à noite por razões de segurança. É o início da Marcha Kaingang pela Terra, que seguirá até Brasília.

Sete indígenas - entre <sup>eles</sup>, duas mulheres e uma criança - seguem do Toldo Chimbanque para unir-se a dois representantes da comunidade de Nonoai (RS) (1) e com eles percorrer as capitais do Sul do Brasil:

Florianópolis, Porto Alegre, Curitiba e São Paulo.

Em Florianópolis estiveram acompanhados de representantes do povo Xokleng, a quem visitaram primeiro.

Lidera o grupo o cacique Clemente Fortes do Nascimento Xêyuyá e seu plano era chegar a Brasília.

O objetivo da Marcha era romper o isolamento a que estavam sendo condenados, sensibilizar a opinião pública nacional em relação ao seu direito à terra e fazer junto aos órgãos do governo uma última tentativa pacífica de resolvê-la. A Marcha pela Terra viria culminar um processo de dois anos e meio de luta pa-

cífica dos Kaingang pela recupe-

ração de suas terras à margem do rio Irani, tempo em que suportaram todo tipo de agressões e violências e em que aprenderam a desacreditar nos meandros da burocracia e da política indigenista oficial. A Marcha era, pois, uma medida de pressão sobre a Funai que a essa altura, ostentava uma fachada de "abertura indigenista" para ocultar o velho jogo de interesses políticos que ainda e sempre determinou a ação indigenista oficial.

Por sua vez, os dois anos e meio de luta dos Kaingang pela recuperação de suas terras são a consequência de quase 40 anos de resistência à ocupação de seu território pelos colonos alemães e italianos e representam a recuperação do vigor de um povo que até o fim do século XIX dominava a região.

#### Retrospectiva

A presença Kaingang às margens do Irani pode ser afirmada com base em prova documental desde meados do século XIX pelo menos. (2) A ocupação por colonos na terra dos Kaingang de Santa Catarina só começou por volta de 1920, uma vez destruída

a Rebelião de José Maria ((contestado) e resolvida, a questão de limites com o Paraná (1917) quando as terras a oeste dos Campos de Lages foram incorporadas ao Estado de Santa Catarina. A ocupação das terras do Toldo Chimbanguê por sua vez, só ocorre a partir do final da segunda Guerra Mundial, com o incremento da expansão agrícola.

Os imigrantes e descendentes de imigrantes italianos e alemães adquiriram suas terras da Empresa Colonizadora Luce Rosa Cia, cujo título de propriedade é a sucessão do título forjado em 1893 por José Joaquim de Moraes. A Constituição de 1891, transferindo aos Estados as terras devolutas favoreceu as grilagens e distribuição de títulos com base em suposto ou forjadas posses. Assim é que José Joaquim de Moraes obtém o título de uma área de 39.542 ha, incluindo terras de muitos caboclos e as terras do Toldo Chimbanguê.

Em 1950 a Colonizadora Luce, Rosa & Cia faz uma tentativa junto ao Serviço de Proteção aos Índios - SPI para que os índios sejam transferidos. O SPI decide-se

pela transferência mas esbarra na resistência dos Kaingang e obriga-se a desistir da idéia. Porém já em 1948 a maior parte da área do Chimbanguê fora vendida pela Luce, Rosa & Cia, aos irmãos Trentin, a quem a colonizadora entrega a tarefa de resolver o problema de posseiros e índios ( documento da Luce e Rosa de 1939 reconhece a existência ali de "100 famílias brasileiras de intrusos"). Com o serviço de pistoleiros e queima de casas o grande Toldo é disperso e os Kaingang refugiam-se na beira do Rio Irani.

Em 1973 os Kaingang detinham apenas 105 ha das terras que lhes pertenciam e neste ano <sup>também estas</sup> foram repartidas entre os agricultores vizinhos. A maioria das famílias ali foi obrigada a sair indo procurar refúgio junto aos parentes do Posto Indígena Xapecó, SC, Posto Indígena Nonoai e Posto Indígena Votouro (RS). Outras foram trabalhar de peões e algumas famílias se submeteram a ser peões dentro de sua própria terra para não abandonar os antepassados que estão enterrados ali. Essas famílias que permaneceram procuraram a Funai em 1973 no

Posto Xapecó e receberam orientação do funcionário João Mäder para permanecer na terra, que a Funai tomaria providências. A partir dali a única coisa de concreto feita pela Funai foi aposentar alguns velhos.

O início da luta pela recuperação da terra

Conhecendo a comunidade do Chimbanguê desde 1976 o Cimi juntamente com a Igreja de Chapecó decidiu realizar, em 1978, uma reunião com os colonos para tentar uma solução conciliatória, diante da situação penosa que viviam os índios. Discutiu-se na reunião a possibilidade de devolução aos índios dos últimos 105 ha que lhes haviam restado até 1973. Todavia os colonos mostraram-se intransigentes a firmando que possuíam escrituras das terras e po tanto se sentiam seguros dos seus direitos. A partir daí tentaram de todas as formas se desvencilhar das famílias que permaneciam na terra. Foram fechando o cerco para obrigar os índios sair. No inverno de 1979 queimaram o rancho do Cacique

Francisco Marcelino, na época com mais de cem anos, depois de obrigá-lo a sair do mesmo.

Em 1980 dois índios foram baleados pelas costas quando saíam de um armazém na Sede Trentin (vila criada no lugar da antiga aldeia). Não foi possível indiciar um culpado porque os colonos usaram de falso testemunho.

Os armazéns da Vila cortaram o financiamento de alimentos aos índios (sistema usual de crédito para pagamento na colheita).

Em 1982, dois anos após a morte do Cacique Francisco Marcelino e diante do agravamento das violências, os Kaingang do Chimbangue, ajudados pelos Kaingang das áreas de Xapecó (SC) e Nonoai (RS) escolhem novas autoridades e decidem lutar para reaver sua terra. Em 16 de Junho de 1982 os Kaingang <sup>comparecem</sup> ~~xxxxxxxxxxxx~~ a 4a DR da Funai em Curitiba com sua reivindicação expressa em ofício acompanhado de mais de 20 documentos referentes à comprovação de seu direito histórico(3).

De Junho de 82 à Dezembro de 83 a Funai compareceu a

àrea apenas duas vezes mediante muita insistência da comunidade, recusando-se a tomar providências em casos de violência como a invasão de roças do Cacique ~~do~~ índio Gumerindo por colonos armados.

#### A luta em 1984

Em princípios de 1984 a comunidade Kaingang e o Cimi enviaram à Funai relação nominal de todas as famílias indígenas pertencentes ao Chimbangue, com a devida localização atual de cada uma. Enviaram ainda relação de todos os ocupantes não índios, proprietários e não proprietários juntamente com um ma pa onde situavam as ocupações de cada um.

Em Junho de 1984, às vésperas de completar dois anos que os Kainagng haviam solicitado à Funai providências com relação às suas terras, frente à pressão dos colonos que vinham invadindo às roças dos índios para que estes não plantassem mais e diante do reiterado silêncio da Funai ante as renovadas violências, a comunidade enviou uma carta ao Presidente ~~ex~~ ao Delegado Regional do ~~S~~rgão dando prazo até 30 de Junho para que a Funai solucionasse o caso. A Funai já era

presidida então por Jurandý M. da Fonseca. Em Curitiba, deveria assumir a Delegacia, um homem da confiança de Paulo Fimentel, coordenador da Campanha Andreazzista no Paraná, João D. Ruggieri.

Em 29 de Junho a Funai enviou Carlos Wagner Severo, funcionário da 4a. DR para tentar negociar com os Kaingang um prazo maior. Os Kaingang deram à Funai mais 5 dias para que o Delegado Regional trouxesse em mãos uma resposta concreta. Passado o prazo os Kaingang começaram a se mobilizar para retirar os colonos pelos seus próprios meios e enviaram ao Presidente da República uma carta dando prazo de um mês (até 5 de Agosto) para ter uma solução definitiva.

Diante da mobilização dos Kaingang, inclusive de outros estados, a Funai enviou à área em fins de Julho os indigenistas Ana Lange e Odenir Oliveira com a proposta de que os Kaingang dilatasse o prazo em troca de imediatas providências oficiais. Essas providências seriam o cumprimento dos requisitos legais



para levar o caso à apreciação do GT Interministerial (o "Grupão" do Decreto 88188/83): levantamento das benfeitorias dos ocupantes não índios na área e levantamento antropológico sobre a comunidade Kaingang. A Funai comprometia-se a levar ao "Grupão" a proposta de 2000 hectares para os Kaingang. Os Kaingang aceitaram dilatar o prazo até Outubro desde que tivessem garantia de terras para plantar já a partir de Agosto. Em 31 de Julho de 1984 a Funai baixou a portaria 1675/84 <sup>para os índios</sup> liberando uma área de 137 hectares para ~~uma~~ roças de subsistência.

No entanto os colonos não aceitaram esta portaria e a Funai cedeu às pressões dos agricultores iniciando com eles uma negociação que se arrastou até 6 de Setembro, quando a Funai e os colonos celebraram um acordo liberando aos índios uma área de 122 hectares. Com um mês de atraso os Kaingang começaram a trabalhar a terra em puxirão, mas as violências dos colonos não cessaram de todo.

Atingidos pelos 122 hectares, a Funai indenizou aos colonos cerca de 2 alqueires em plantações, pelos quais pagou o absurdo de 14,5 milhões de cruzeiros.

Os levantamentos das benfeitorias dos colonos e an-  
tropológico encerraram-se em fins de Agosto. Em me-  
dos de Outubro, todo o material encontrava-se proces-  
sado na Funai, com os relatórios finais já elabora-  
dos. Faltava a decisão do Presidente da Funai de  
remeter o caso ao "Grupão".

Na área, a Funai mostrava-se cada vez mais disposta  
a agradar os colonos e conter os índios. Para os Ka-  
ingang os funcionários-inclusive o Del. Regional-fa-  
lavam de uma solução somente por meados de Janeiro  
(Colégio Eleitoral)

Nesse contexto é que os Kaingang recolhem à área  
três famílias de parentes seus que ficaram sem terra  
para trabalhar no Município de Seara. A decisão con-  
trariava os termos do Acordo da Funai com os colonos.  
Os colonos reagem, ameaçando romper o acordo e reti-  
rar às famílias à força.

Atentado contra o CIMI. A FUNAI negocia.

O Delegado Regional João D. Ruggieri negocia novamen-  
te com os colonos, disposto a ceder-lhes tanto quanto

necessário. Acusa o Cimi de responsabilidade na trans

ferência das famílias índias e ameaça proibir, os membros do CIMI de entrar em contato com os Kaingang. Recebe a resposta que a Igreja não abre mão de seu compromisso com os Kaingang do Toldo Chimbangué.

No dia 16 de Outubro, o delegado reúne-se pela manhã com os colonos. No mesmo dia, por volta das 17,15 horas, agricultores mantêm uma emboscada contra membros do CIMI nas terras do Chimbangué, em frente à moradia de Pedro Marcon. Vários atiradores disparam contra o veículo onde viajavam os missionários Wilmar da Rocha D'Angelis e Juracilda Veiga com um filho de três meses e a enfermeira voluntária Ma Elizabeth Kleba da Silva. Oito disparos atingiram o veículo, mas felizmente ninguém sofreu maiores ferimentos.

Na sequência das negociações com os colonos, a FUNAI novamente negocia a sorte dos Kaingang sem a participação deles. Acerta com os colonos que novas famílias não entrariam e que solicitaria à Secretaria de Segurança de Santa Catarina a coloca

ção de guaritas nas entradas que dão acesso às moradias indígenas para impedir a presença ali de quaisquer outros indígenas e, também dos membros do CIMI.

#### A MARCHA À BRASÍLIA

De acordo definido entre o Del. Regional da Funai e os colonos em fins de Outubro para a colocação de guaritas policiais na área prenunciava-se para os Kaingang uma situação de total isolamento. Ademais era clara a ofensiva dos colonos favorecida pela atuação de João Ruggieri<sup>(4)</sup>. Além disso a impunidade quanto às violências dos agricultores evidenciava o acobertamento destes por políticos e autoridades locais.

Para os Kaingang nesse momento não havia garantias sequer de sua sobrevivência física e, menos ainda, de uma solução favorável ~~para a questão~~ da terra.

Decidem-se por pressionar a Funai através da Marcha a Brasília. Essa ação deixou claro para os Kaingang o interesse da Funai em protelar indefinidamente a a solução para esse caso. Não fosse a presença dos

Kaingang em Brasília, culminando a Marcha por todas as capitais do Sul do país, o caso Chibangue estaria ainda aguardando nas gavetas da Funai sua renessa ao "Grupão".

Numa política nada original de tentar agradar a todos o Presidente da Funai, Nelson Marebuto Domingues, atendeu a exigência indígena de colocar o caso do Chibangue imediatamente na pauta do "Grupão". De outra parte, reunido o "Grupão" no dia 5 de Dezembro para tratar do caso, como era de se esperar nada foi decidido. Isso significa que a pressão dos Kaingang não foi suficiente para fazer a Funai desistir de sua postura de manter o caso indefinidamente sem solução. (5) Porém a presença da Funai no Chibangue em fins de Julho, atemorizada pela carta dos Kaingang ao Presidente da República, deixou evidente aos índios que a proteção da Funai tem um limite: esse limite é o conflito ou a eminência dele. Aliás, parece que agir na ocorrência ou eminência

de conflito não é simplesmente o limite da Funai ,  
mas propriamente uma opção do órgão. O que se po-  
de perguntar é: a Funai faz essa opção por falta  
de recursos humanos e materiais ( agir só em casos  
extremos) ou será um espaço de ação que ela reserva  
aos interessados nas terras indígenas (colonos , fazendeiros ,  
zendeiros , MEAF)? Nesse <sup>último</sup> caso a conclusão seria de  
que a Funai agirá sempre e quando os índios resistirem  
apesar de toda compulsão.

Curioso é constatar, entretanto, que a readmissão na  
Funai de diversos experimentados indigenistas não  
alterou essa política de atuação .

No caso do Chimbangue, por exemplo, é certo que a Funai  
de 1982 ou 1983 agiria de idêntica forma à "Funai re-  
novada" de 1984 ou, quem sabe , atua melhor? O que  
determinou que a Funai agisse no Chimbangue em 1984

não foram as mudanças na Funai mas o avanço da consci-  
ência e da organização indígena. Por outra parte, o  
modo de agir - com promessas não cumpridas, proteções  
es, mentiras e paternalismos - nada fica a dever à ve-  
lha Funai. Afinal, a Funai de sempre.

Juracilda Veiga

NOTAS

- (1) A comissão Kaingang que foi a Brasília foi escoplhida em reunião da comunidade do Chimbangue ocorrida em meados de Novembro, com a presença de representantes de todas as famílias do Toldo. *e com todas as autoridades indígenas* Os representantes de Nonoai foram convidados pelo cacique do Chimbangue, com anuência do cacique de Nonoai.
- (2) Veja-se a história desse grupo Kaingang em "Toldo Chimbangue - história e luta Kaingang em Santa Catarina", CIMI Regional Sul, 1984, 108 p.
- (3) Esse ofício e diversos outros documentos dessa comunidade indígena estão reproduzidos na obra referida à nota (2).
- (4) Demitido da função de Delegado Regional da FUNAI em 5 de Dezembro, por exigência dos Kaingang, João Ruggeri iria a Chapecó semanas depois para ser homenageado pelos colonos, conforme informa a imprensa local (Diário da Manhã, 22-23.12.84) e sua demissão considerada "injusta" e obra de "fofocas e insinuações do CIMI", pelo inimigo nº 1 dos Kaingang, Vereador do PDS e Delegado Pedro Peraira (Diário da Manhã, 8-9.12.84).

(5) A pressão dos Kaingang ocorreu pela divulgação a nível nacional e em cada capital do Sul do país de sua luta, suas reivindicações e denúncia da atuação da FUNAI. Em Brasília, onde entregaram à FUNAI ofícios e abaixo-assinados de diversas instituições em apoio à sua luta, os Kaingang decidiram usar uma forma mais forte de manifestação e pressão, acampando diante do Congresso Nacional na manhã do dia 4 de Dezembro. Ali permaneceram até a noite do dia 5, quando decidiram retornar para casa diante das vitórias obtidas:

- remessa do caso Chimbangue ao GT Interministerial e primeira apreciação do caso pelo GT.
- cópia do relatório antropológico e do memorando com o qual a FUNAI encaminha o caso ao GT.
- demissão do Delegado João Darcy Ruggeri.
- conhecimento maior dos mecanismos ministeriais e de governo.
- apoio de parlamentares a nível federal.



# Conselho Indigenista Missionário

CIMI - REGIONAL SUL

Caixa Postal 02

89820 - XANXERÊ

Santa Catarina

Chapecó, 11 de Janeiro de 1985

Beto e companheiros do Cedi

Com esta estamos encaminhado a matéria sobre o Chimbangue que nos pediram. Procuramos tomar por base as questões por vocês levantadas e acreditamos que a maior parte dasx esteja respondida na matéria. Outras talvez não podemos dar uma resposta.

Consideramos importante vocês reproduzirem a Carta dos Kaingang ao Presidente da República em 5 de Julho de 1984 que se encontra entre os apêndices do livro do Chimbangue que vocês receberam recentemente. Por outra parte encaminhamos também cópia da carta que a Comissão Kaingang e o Cimi entregaram ao Presidente da Funai em 29 de Novembro de 84 para o caso de preferirem reproduzir esta que ainda não foi publicada.

Encaminhamos conforme relação anexa, alguns recortes de Jornais locais para melhor elucidar algumas questões. Segue ainda três fotos preto e branco uma de familia Kaingang que retornou ao Chimbangue em Julho de 1984 e duas do acampamento em Brasília em Dezembro de 84.

A matéria passou uma página do máximo previsto, caso seja necessário por razões de espaço deixo a vocês a liberdade de resumirem a parte de retrospectiva até 1983.

Abraços

Juracilda Veiga.  
Juracilda Veiga